

## Resenha

Douglas Antônio Fedel Zorzo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

[douglasfedel@hotmail.com](mailto:douglasfedel@hotmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/9342309705682266>

STRAUSS, Leo. *Reflexões sobre Maquiavel*. Tradução de Élcio Verçosa. São Paulo: É Realizações, 2015, 363p.

Os leitores interessados pela teoria política de Nicolau Maquiavel e pelo pensamento de Leo Strauss encontram, desde 2015, à disposição, uma versão em língua portuguesa da obra lançada em 1958, *Reflexões sobre Maquiavel*, na qual o filósofo teuto-americano apresenta uma genuína e singular interpretação acerca das teses do Secretário florentino. Nesse livro, de notória importância, testemunhamos Strauss operar não somente como um exegeta de Maquiavel, discutindo pormenores críticos, mas, também, como filósofo em sentido próprio, extrapolando a teoria maquiaveliana, levando-a à exaustão e conduzindo-a por caminhos inexplorados.

Logo nas primeiras linhas da *Introdução*, nas quais o intuito do autor é apresentado de forma sistemática, podemos notar o incisivo distanciamento operado por ele em relação às demais tradições interpretativas que foram construídas em torno do pensamento de Maquiavel. Sua premissa norteadora situa-se na contracorrente do esforço de inúmeros intérpretes: o Secretário florentino não somente foi um professor do mal, mas, ele próprio, foi um homem mau. O estudo normativo conduzido por Maquiavel acerca da sociedade teria sido fundado tanto na imoralidade quanto na irreligiosidade. Nesse caso, o problema dos leitores maquiavelianos seria justamente o fato de que os discípulos de Maquiavel foram corrompidos pelo próprio Maquiavel. Todavia, afirma Strauss, consciente de seu movimento de insurgência,



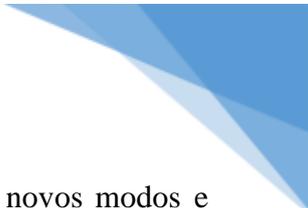
somente situando a feição malevolente do autor florentino como pano de fundo é que podemos compreender a dimensão original de seus argumentos.

No Capítulo 2, Strauss apresenta seu plano de pesquisa e, de certa forma, elabora um estratagema hermenêutico voltado ao entendimento do pensamento de Maquiavel. Para o autor, a doutrina maquiaveliana seria apresentada em duas obras maiores, *O Príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. O vínculo entre os trabalhos, porém, não poderia ser abordado de modo simplificado, mas, através da análise e da compreensão individual de cada obra.

Entretanto, para envolver adequadamente a obra de Maquiavel, algumas regras de leitura deveriam ser observadas. Seguindo uma metodologia particularmente sua, Strauss afirma que o Secretário florentino não poderia ter sido explícito em suas formulações. O conteúdo subversivo de suas ideias, que contrariavam o ambiente político-social do período, marcado por fortes valores religiosos e pela herança da filosofia medieval, resultou em uma estratégia de omissão e dissimulação dessas teses. É o caso, por exemplo, do “erro manifesto”, no qual Maquiavel deliberadamente se equivoca: nessa situação, deveríamos nos questionar sobre o significado do equívoco intencional. Ou a regra do silêncio incompleto, quando a moderação parcial sobre algum tema é uma tática para a apresentação de ideias contraventoras.

Diante disso, no Capítulo 3, Strauss apresenta o primeiro passo de seu projeto interpretativo a partir do estudo de *O Príncipe*. Essa obra, afirma, pode ser compreendida por dois vieses. Por um lado, é um tratado, no qual Maquiavel expõe um ensinamento atemporal, uma doutrina que pretende validade para todos os tempos; por outro, é um escrito de ocasião, pertinente para uma situação em um tempo particular. Ou melhor, o opúsculo possui um exterior tradicional – o plano para uma situação específica – que é protegido por um interior revolucionário – uma nova doutrina sobre os fundamentos da sociedade.

Todavia, podemos notar uma íntima relação entre a doutrina geral e a ocasião particular à qual *O Príncipe* se dirige. Ora, a situação prática é a libertação da Itália. Embora haja uma omissão acerca das dificuldades que obstruem essa ação, existe uma clara consciência que ela implicaria o envolvimento de métodos brutais. Essa liberação implicaria uma verdadeira revolução. Não somente em termos de ação política, mas os próprios italianos deveriam reaprender a posicionar-se sobre a deliberação entre certo e errado diante das imposições patrióticas.



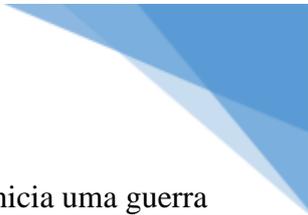
O libertador italiano deveria ser, conseqüentemente, um inventor de novos modos e novas ordens. O principado novo, assunto nuclear de *O Príncipe*, implica em discutir as origens e os fundamentos de todos os estados e de todas as ordens sociais. Nesse contexto, o propósito central da obra é o de apresentar “uma doutrina absolutamente nova a respeito de novos príncipes absolutamente novos em estados absolutamente novos, um ensinamento chocante sobre os mais chocantes fenômenos” (STRAUSS, 2015, p. 101). Nesse sentido, ao introduzir o elemento patriótico, manifesto no último capítulo do opúsculo, Maquiavel acabaria por trazer a legitimação das políticas imorais apresentadas no decorrer do livro.

Considerando que, nesse momento específico, a argumentação do Secretário florentino possuiria tonalidades “proféticas”, ao mesclar a teoria política com o aconselhamento prático, Strauss encerra o capítulo com uma interrogação: como ele poderia esperar o sucesso de seu enorme empreendimento se, invariavelmente, os profetas desarmados – ele, incluído nesse grupo – sempre fracassaram? Para uma resposta adequada ao problema, replica paliativamente Strauss, devemos voltar nossa atenção para os *Discursos*.

Então, no *Capítulo 4*, o filósofo envereda sua análise interpretativa para a obra maquiaveliana que aborda as questões republicanas. Aqui, aos moldes dos grandes navegadores – que se lançam em mares desconhecidos –, o próprio Maquiavel teria se transformado no portador de novos modos e de novas ordens. Seu projeto, nessa instância, envolve mostrar que a virtude da mais alta república da história documentada, Roma, poderia ser o *objeto de imitação* de seus coetâneos. De fato, observaríamos uma reflexão sobre a anatomia política daquelas instituições, com o propósito de revelar que, na ocasião romana, aquilo que havia sido fruto do *acaso* também poderia ser o objeto de um movimento de *compreensão racional*.

Se o tema característico de *O Príncipe* havia sido o governante, no sentido mais elevado, o portador de novos modos e novas ordens – o fundador –, nos *Discursos* seria o povo, como mantenedor dessas ordens e desses modos, como repositório da moralidade e da religião responsáveis pela manutenção do Estado. Nesse caso, a Bíblia cristã, sendo transmissora das exigências da moralidade e da religião, em sua forma mais pura e intransigente, acaba entrando no horizonte dessa obra. Na verdade, a admiração pela Roma Antiga acabaria se tornando a única base publicamente defensável a partir da qual Maquiavel poderia atacar a religião bíblica.

Com efeito, se o Secretário de Florença se coloca como o desbravador de novos modos e novas ordens, estes, por seu turno, naturalmente serão opositores dos modos e ordens antigos,



estabelecidos e enraizados no berço da sociedade. Nesse cenário, Maquiavel inicia uma guerra contra a ordem estabelecida. Strauss, enfim, revela-o como um capitão sem exército – um soldado desarmado e solitário –, de modo que o único meio para recrutar suas tropas e seus combatentes é através de seus próprios livros. Ainda que a descoberta desses novos modos e novas ordens seja algo evidenciado pela razão, eles não poderiam ser evidenciados ao povo por meio de uma única dose: desarmado, ele não pode compelir o povo a ter fé nele.

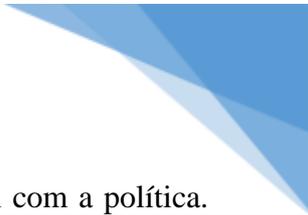
Por certo, a “república” na qual Maquiavel tenta imprimir a sua forma é a “república cristã”. Essa organização política havia atingido um estágio avançado de corrupção. O “rejuvenescimento” do Ocidente passaria pela destruição desses modos e ordens antigos, cristãos, e a instauração de novos modos e ordens. De fato, um dos propósitos dos *Discursos* seria a preparação para esse renascimento através do despertar da juventude letrada italiana.

Agora, relata Strauss, possuímos a resposta para a pergunta construída no final do capítulo anterior. Maquiavel, embora desarmado, possuía condições efetivas de triunfo. O modelo para isso é o próprio cristianismo, que conquistou o Império Romano sem recorrer ao uso da força, meramente pela propagação pacífica de seus novos modos e ordens. Se o cristianismo foi capaz de derrotar o paganismo por meio da propaganda, ele também poderia ser derrotado através do mesmo mecanismo.

Com isso posto, Strauss alcança o aparelho conceitual e argumentativo com o qual pode lançar-se naquilo que julga ser uma *interpretação adequada* do pensamento de Maquiavel. Ou seja, com a argumentação precedente, o teuto-americano acredita ter municiado, ainda que minimamente, o leitor que adentra nas alamedas labirínticas do pensamento maquiaveliano: agora, é possível preparar-se para entender a verdade – que não pode ser explicitamente dita – subjacente naquilo que está sendo afirmado.

É com essa noção que adentramos no *Capítulo 5*, o estágio mais denso e tortuoso de toda a teorização. Nessa oportunidade, o filósofo divide seu núcleo argumentativo em duas seções: por um lado, dedica sua atenção para avaliar a relação entre Maquiavel e a religião; por outro, desenvolve sua percepção sobre a “filosofia maquiaveliana”.

Primeiramente, Strauss busca esclarecer os termos da polêmica que o pensamento do Secretário florentino estabelece com a religião. Para o filósofo, seria um grave equívoco se o considerássemos, como tantos outros fizeram, como um pagão. Antes disso, deveríamos situá-lo entre os sábios desse mundo, pois suas inquições “teológicas” não se assentariam no



significado do *post mortem*, mas na importante articulação que essa mantém com a política. Nessa perspectiva, existiria um esforço por parte de Maquiavel para demonstrar que não apenas os Estados deveriam possuir uma raiz terrena, mas que também as religiões – seja a pagã ou a cristã – possuem um fundamento humano.

De certo modo, a crítica de Maquiavel à religião bíblica se sustenta nas implicações políticas que dela se originam. A distinção entre a *religião pagã* (caracterizada pela satisfação com as relações mundanas e presentes, pela glória terrena) e o *cristianismo* (marcado pela insatisfação com o presente, pela convicção de que o mundo é um vale de miséria e pecado, pelo anseio pela pureza perfeita) reflete no âmbito político: notamos, no monoteísmo do Deus bíblico, uma aproximação com o monarca absoluto; no politeísmo, por sua vez, o panteão dos pagãos se assemelha às repúblicas, ou aos governantes de uma república. Nesse caso, a fragilidade dos regimes monárquicos dos Estados italianos aparece como uma debilidade oriunda da religião.

De todos os modos, a religião desempenha uma importante função. Considerando que esse recurso pode ser, até certo ponto, intencionalmente criado pelos homens, ele também pode ser usado de maneira intencional. Assim, revela-se como um elemento necessário: a sociedade, em geral, ficaria em um estado de inquietude perpétua, ou, ainda, estaria submetida a um estado de constante e ubíqua repressão caso os homens não fossem, concomitantemente, apaziguados pelas esperanças e aterrorizados pelos medos religiosos.

Com a evolução argumentativa adentramos, enfim, no segundo momento expositivo do capítulo: embrenhamo-nos no coração da genuína “Filosofia de Maquiavel”. As teses maquiavelianas, afirma Strauss, apresentam-se como um ensinamento normativo verdadeiro, a “verdade factual”, que contrapor-se-ia ao ensinamento normativo equivocado da tradição filosófica. Por isso, contrariando o cânone das virtudes morais, assenta que a prudência e a força da mente, da vontade ou do temperamento são as únicas virtudes que devem ser reconhecidas por si mesmas, pois, são sempre salutares, enquanto as virtudes e os vícios morais podem ser bem ou mal utilizados, dependendo da prudência daquele que as emprega.

Para o filósofo, o elemento basilar de toda reflexão maquiaveliana seria o postulado da incapacidade de que os homens pudessem agir bem, a não ser quando coagidos pela necessidade. São tornados bons e assim mantidos pelo terror original que precede a organização social: a sociabilidade humana apenas é possível pelo medo dos outros homens. Essa



necessidade, que modifica a inclinação natural desses indivíduos, pode ser impressa através daquela virtude ou daquela prudência que os homens virtuosos possuem, pois, compelidos pelo desejo da “glória do mundo”, agiriam de maneira “adequada”.

Fundando-se nessa premissa, apenas os Estados imaginários poderiam louvar a prática das virtudes morais e condenar os vícios, mesmo nos atos referentes à dinâmica de governo. Conforme solevantava-se Maquiavel, a virtude moral não poderia ser o bem comum responsável por nortear as ações governamentais. A virtude não pode ser firmada como a finalidade da sociedade civil, mas como um meio para a realização do “bem comum” – entendido em um sentido amoral. Em termos concretos, este bem poderia ser concebido como a garantia da liberdade, tanto em relação ao domínio externo, como no plano interno em relação ao governo despótico.

Se os homens são tendencialmente maus, naturalmente egoístas, agindo bem apenas quando coagidos pela necessidade, então o “bem natural” parece coincidir com o bem privado, individual. Sob o ponto de vista político, a ligação entre o bem privado e o bem público passa pelo desejo de “glória”. Embora seja sempre um bem individual, essa glória parece libertar o homem da preocupação com a vida e a propriedade, o que motiva a procurar uma glória que seja perpétua. Tal argumento possui um claro desdobramento: se os homens são tornados bons por artifícios de necessidade, como as leis, e se é função das leis mantê-los bons, os legisladores originais ou os fundadores devem ter sido homens maus, para impor essa necessidade, mas, que estavam preocupados em compelir seus semelhantes e as sucessivas gerações a se manterem bons. O único desejo egoísta, então, que pode ser identificado em um propósito dessa espécie é o desejo por aquela glória.

Como enfatiza Strauss, o ensinamento político de Maquiavel seria, assim, um conselho sobre como os indivíduos poderiam obter a mais alta glória para si mesmos. Para isso, o propósito maquiaveliano seria o de mostrar a necessidade de considerar os desejos egoístas dos governados e governantes como a única base natural da política. Nisso, a virtude enquanto capacidade de adquirir para si a mais alta glória – e, conseqüentemente, para o Estado – determinaria o comportamento dos governantes.

Em um tom conclusivo, alerta Strauss, devemos reconhecer que Maquiavel não traz à luz um único fenômeno político de importância fundamental que já não fosse plenamente conhecido pelos filósofos clássicos. Apesar disso, a filosofia passa por uma acentuada mudança



de significado com seu pensamento. O propósito maquiaveliano é o de aliviar a condição humana, portanto, de aumentar o poder do homem e de guiá-lo para a sociedade racional, cujo fim é o interesse próprio esclarecido, ou a autopreservação de cada um de seus membros. Essa filosofia incipiente do projeto do Secretário florentino nutre-se de uma esperança vindoura, ou, equivale à certeza da conquista do futuro. Isto é, na antecipação de uma época na qual a verdade irá reinar, ainda que não na mente dos homens, ao menos nas instituições que os moldam. Aqui, seria novamente a propaganda que garantiria a coincidência entre a filosofia e o poder político. A filosofia, em seu sentido nascente, deveria cumprir uma dupla função: não somente a de filosofia, em si, mas também a de religião.

\*\*\*

Dessa maneira, a edição oferecida pela editora É Realizações das *Reflexões sobre Maquiavel* é, em duplo sentido, interessante. Por um lado, apresenta uma cuidadosa tradução para um trabalho genuíno, que caminha na contramão de diversas escolas de pensamento que se dedicam ao esforço interpretativo da obra de Maquiavel. Isso significa que o multifacetado debate que se debruça sobre as teses do Secretário florentino agora conta, acessível em língua portuguesa, com argumentos com os quais, invariavelmente, é necessário dialogar – ainda que como contraponto. Por outro lado, a obra monográfica sobre Maquiavel revela a importância que este acabou desempenhando para o filósofo teuto-americano. Por isso, também, é um elemento somatório para as pesquisas nacionais que dedicam sua atenção à intrigante e rica teoria straussiana.

**Recebido: 12-03-2019**

**Aceito: 29-07-2019**